

GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO*

Prof. Dr. Hans-Georg Bohle
Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn
D-53115 Alemanha
Tel.: (+ 49 22) 873-3688) - bohle@geographie.uni-bonn.de

RESUMO

O autor oferece uma visão geral sobre a Geografia do desenvolvimento alemã, o novo paradigma que surgiu da Geografia dos países em desenvolvimento. Ele mostra suas teorias principais e suas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais. Sua abordagem da vulnerabilidade compreende conceitos/teorias de livelihoods e de direitos de propriedade, do desenvolvimento fragmentador, da ecologia política, da pesquisa sobre hazards e da pesquisa global do meio ambiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento, globalização, pensamento geográfico alemão, vulnerabilidade.

ABSTRACT

The author offers an overview of German Development Geography, the new paradigm which emerged from the Geography of Development Countries. He shows its main theories and its economic, social, political and cultural dimensions. His vulnerability approach includes concepts/theories of livelihoods and entitlements, of Fragmenting Development, Political Ecology, Hazard Studies and Global Environmental Research.

Key words: Development, globalization, German geographical thought, vulnerability.

RESUMEN

El autor ofrece una visión general sobre la Geografía del desarrollo alemana, el nuevo paradigma que surgió de la Geografía de los países en desarrollo. Él muestra sus teorías principales y sus dimensiones económicas, sociales, políticas y culturales. Su abordaje de la vulnerabilidad comprende conceptos/teorías de livelihoods y de derechos de propiedad, del desarrollo fragmentador, de la ecología política, de la investigación sobre hazards y de la investigación global del medio ambiente.

Palabras-llave: Desarrollo, globalización, pensamiento geográfico alemán, vulnerabilidad.

INTRODUÇÃO

”Do espaço ao ser humano” – este foi o caminho da Geografia do desenvolvimento que se desenvolveu nos últimos 15 anos como nova sub-disciplina da Geografia a partir da Geografia dos países em desenvolvimento. A Geografia do desenvolvimento é hoje uma abordagem multidimensional e trans-disciplinar; ela é orientada para problemas, pela teoria, e é voltada principalmente ao ser humano. A pesquisa na área do desenvolvimento não é mais uma ciência de interface entre espaço e sociedade, ou entre estrutura e agência, mas participa na gestão de crises e conflitos humanos. No foco estão questões e aspectos que são decisivos para vida e morte de milhões de pessoas: como nós (sobre)viveríamos se apenas um em cada dois de nós teria água potável limpa, como na Tanzânia? Se entre nós só um em cada dez pessoas disporia de dinheiro e de alimentos para não viver na fome e na pobreza, como na Zâmbia? Se nós deveríamos lutar pela existência cada dia de novo, como as comunidades nas montanhas do Peru? Como as pessoas deveriam administrar sua terra arável seca durante décadas de guerra civil, como no Burundi?

O espectro deste campo de pesquisa é muito amplo; trata-se, evidentemente, de mais do que estudar a erosão do solo, catástrofes naturais ou escassez de alimentos. A Geografia do desenvolvimento usa abordagens das Ciências sociais, mas aproveita também idéias da própria Geografia como, por exemplo, a “redescoberta da cultura” e a natureza construída dos espaços; enquanto

(*) Tradução do original (BOHLE, Hans-Georg. Geographische Entwicklungsforschung. In: GEBHARDT, Hans; GLASER, Rüdiger; RADTKE, Ulrich; REUBER, Paul (org.). Geographie: Physische Geographie und Humangeographie. München: Spektrum, 2007. p.797-815) realizada por Paul Sutermeister - pauls@usp.br.

ciência orientada para a ação e o ator, ela pretende dar conta de conflitos políticos e de mudanças socioeconômicas radicais, de vulnerabilidade social e ecológica, de marginalização e de miserabilização, de estratégias de sobrevivência e do conhecimento do ambiente, de relações de poder e do acesso a alimentação. A escala aumenta ou diminui dependendo das questões: o capítulo mostra que com o desenvolvimento fragmentador do nosso mundo, que leva a exclusão e desfronteirização, a nacionalismos e a regionalismos, instituições e atores regionais e locais e as redes criadas entre eles são cada vez mais importantes, enquanto que os Estados-nações perdem sua importância.

O SURGIMENTO DE UM NOVO PARADIGMA: da Geografia dos países em desenvolvimento à Geografia do desenvolvimento

A Geografia do desenvolvimento é um novo sub-campo da Geografia que visa captar e revelar processos de desenvolvimento sociais e problemas de desenvolvimento em suas dimensões e estruturas espaciais. Diferentemente da Geografia dos países em desenvolvimento, o interesse da Geografia do desenvolvimento está não mais só em países e regiões em si, em pesquisas geográficas em ou sobre países em desenvolvimento, mas a articulação e relevância espacial do desenvolvimento e do subdesenvolvimento (SCHOLZ, 2004). Enquanto programa científico, a Geografia do desenvolvimento foi introduzida na Geografia em 1979 por Jürgen Blenck. Seu ensaio fundamental *Geographische Entwicklungsforschung* foi publicado, ironicamente, numa edição intitulada *Geographische Beiträge zur Entwicklungsländerforschung* [em português: Contribuições geográficas para a Pesquisa dos países em desenvolvimento; N.T.]. Esta edição continha uma primeira documentação do *Geographischer Arbeitskreis Entwicklungstheorien* [em português: Grupo de trabalho geográfico sobre teorias do desenvolvimento; N.T.] de Fred Scholz, fundado em 1976 em Göttingen por Fred Scholz. Este grupo de trabalho marca o início da Geografia do desenvolvimento (LENG; TAUBMANN, 1988).

Em seu ensaio programático *Geographische Entwicklungsforschung*, Jürgen Blenck (1979) partiu da idéia de que a ciência seria uma empresa financiada pela sociedade e para a sociedade. Daí ela teria a tarefa de ocupar-se com a solução de problemas e de lidar com abordagens sociais. Para Blenck, no centro da Geografia do desenvolvimento está a tese de que não há problemas “geográficos” em si, ou seja, o espaço em si não tem problemas, mas apenas os seres humanos, grupos e sociedades humanas, que têm que lidar com o seu meio geográfico. Portanto, o objeto científico não seria mais o país em desenvolvimento em si, mas o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Assim, a “variável explicativa” é o desenvolvimento, e não mais o espaço geográfico. A Geografia do desenvolvimento se ocuparia, então, dos problemas sociais dos países em desenvolvimento. Por isso, a Geografia não poderia ser neutra e apolítica, mas seria necessário que o cientista revelasse seu posicionamento teórico e social nas questões estudadas. A Geografia do desenvolvimento transitaria de uma ciência espacial *stricto sensu* para uma ciência social. Para explicar problemas sociais de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento, seria, portanto, indispensável incluir na análise também teorias sobre o desenvolvimento provenientes das Ciências sociais. Essa era justamente a preocupação do “Grupo de trabalho geográfico sobre teorias do desenvolvimento” acima mencionado. Este grupo de trabalho prossegue até hoje o objetivo de aproximar a Geografia do Desenvolvimento à discussão teórica interdisciplinar, e de introduzir, mediante estudos regionais empiricamente fundados, a importância do espaço no discurso social-cientista sobre o desenvolvimento (SCHOLZ, 1988).

O novo paradigma da Geografia do desenvolvimento entrou apenas gradualmente no mainstream da Geografia (que se ocupou dos “países em desenvolvimento”), também como resposta tardia à crítica interna à disciplina contra a *länderkunde* e a *landschaftskunde* do final da década de 1960 (SCHOLZ, 2004). O ensaio fundamental de Fred Scholz (1988) sobre A posição e as perspectivas da Geografia do Desenvolvimento e a documentação tripartida sobre o estado e as tendências da

Geografia do Desenvolvimento na revista *Rundbrief Geographie* (SCHOLZ; KOOP, 1998) deram outro impulso para o novo paradigma. A fundação da primeira série de publicações científicas sobre a Geografia do desenvolvimento por Hans-Georg Bohle em 1993 (a revista *Freiburger Studien zur Geographischen Entwicklungsforschung* que, desde 2001, é intitulada *Studien zur Geographischen Entwicklungsforschung*, editada por Hans-Georg Bohle e Thomas Krings) foi mais um passo no estabelecimento da nova sub-disciplina. Entretanto, também o termo “países em desenvolvimento”, termo que carrega juízos valorativos (pois implica um desenvolvimento retardatário), vem sendo criticado e foi gradualmente substituído pela expressão mais neutra “países do Sul” (SCHOLZ 2000). Somente o livro seminal *Geographische Entwicklungsforschung: Methoden und Theorien*, publicado por Fred Scholz em 2004, levou ao êxito da Geografia do desenvolvimento.

No conseqüente abordam-se as seguintes perguntas:

- . Como a Geografia do desenvolvimento explica o desenvolvimento e o subdesenvolvimento?
- . Quais são as dimensões de desenvolvimento que vinculam a Geografia do desenvolvimento a novas abordagens das Ciências sociais, e especialmente às sub-disciplinas da Geografia humana?
- . Quais são as abordagens multidimensionais e trans-disciplinares que ajudam a Geografia do desenvolvimento para entender melhor o desenvolvimento e o subdesenvolvimento?

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO NA GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO

Assim como o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento se tornam o objeto científico central da Geografia do desenvolvimento, esta deve também aproveitar abordagens explicativas teóricas para o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento, e deve tematizar as conclusões estratégicas daí derivadas. Quando a Geografia do desenvolvimento surgiu na década de 1970, o discurso social-cientista sobre o desenvolvimento era dividido em dois “campos” teóricos (SCHOLZ, 2004): a teoria da modernização e a teoria da dependência. Desde a perspectiva da teoria da modernização (BEHRENDT, 1968), o subdesenvolvimento é interpretado como atraso social, econômico e cultural, ou seja, causado por fatores internos aos países. A falta de dinâmica nesses países seria resultado de um bloqueio, causado por tradicionalidades, de potenciais endógenos - potenciais inteiramente existentes, mas não explorados - dos países em desenvolvimento. Padrões de comportamento tradicionais (por exemplo, a falta de capacidade de inovação), estruturas sócio-culturais tradicionais (por exemplo, o sistema de castas indiano com sua falta de ascensão social) e tradicionais estruturas econômicas e espaciais (por exemplo, estruturas segmentares de habitação e de mercado) evitariam, assim, um desenvolvimento econômico dinâmico do padrão dos países industrializados, com as conseqüências de estagnação, de atraso econômico e de pobreza em massa. A tese de habilitação de Dirk Bronger (1976), por exemplo, encontra-se neste contexto teórico. Desenvolvimento, ou a superação de subdesenvolvimento, contém conseqüentemente, desde a perspectiva modernista, uma ampla modernização de valores, comportamentos e estruturas sociais demasiado tradicionais, a fim de possibilitar um desenvolvimento retardatário que segue o exemplo dos países desenvolvidos. O rápido crescimento dos países em desenvolvimento é, desde a perspectiva da teoria da modernização, duplamente facilitado: primeiro, as experiências históricas dos países industriais poderiam ser usados e seus erros evitados (SENGHAAS, 1982); e segundo, haveria para os países em desenvolvimento ajuda técnica e financeira pelos países industrializados, sob a forma de cooperação econômica e técnica.

As teorias da dependência, introduzidas no discurso desenvolvimentista alemão particularmente por Dieter Senghaas (1974), são completamente diferentes. Aqui, subdesenvolvimento é explicado a partir de uma deformação das estruturas sociais, econômicas e espaciais dos países

em desenvolvimento, como resultado de um “desenvolvimento dependente”, por exemplo, através do colonialismo e do imperialismo. Não as estruturas endógenas, mas o bloqueio de desenvolvimento pelo “subdesenvolvimento estrutural” causaria o subdesenvolvimento. Tais deformações manifestam-se, por exemplo, sob a forma de uma saída sistemática de recursos dos países em desenvolvimento como resultado de mecanismos de extração e exploração coloniais, sob a forma de estruturas espaciais disparitárias (por exemplo, “cabeças de ponte” coloniais como centros de uma periferia rural explorada) e sob a forma de estruturas sociais polarizadas com poucos vencedores prósperos e inúmeros perdedores empobrecidos. As estruturas deformadas se mantêm mesmo longe após o fim das relações formais de dependência; por isso, um desenvolvimento dinâmico - que é entendido, tanto para os teóricos da modernização como para os teóricos da dependência, como desenvolvimento retardatário [nachholende Entwicklung] – é bloqueado permanentemente. No longo prazo, apenas uma desconexão temporária do mercado mundial, uma “dissociação” seletiva e um caminho de desenvolvimento auto-centrado orientado para forças e potenciais endógenos podem, desde a perspectiva da teoria do desenvolvimento, romper com o subdesenvolvimento estrutural (SENGHAAS, 1979).

Reconheceu-se logo, com base em estudos regionais empíricos, que a formação e a continuação do subdesenvolvimento não podem ser explicadas unilateralmente por fatores endógenos (teoria da modernização) ou fatores exógenos (teoria da dependência). Pois as estruturas espaciais deformadas seriam, em princípio, o resultado de uma ligação estrutural entre determinantes endógenos e exógenos, como nos casos das estruturas sociais e espaciais pré-coloniais que foram sistematicamente apropriadas para fins coloniais e orientadas por interesses coloniais. Mencionem-se a esse respeito os trabalhos realizados por Fred Scholz sobre Baluchistão (1974a, 1974b), de Theo Rauch sobre a Nigéria (1981) e de Hans-Georg Bohle sobre o Sul da Índia (1981).

A falta de sucesso das políticas de desenvolvimento e o limitado poder explicativo das teorias da modernização e da dependência, especialmente para os países mais pobres do mundo, resultaram no final da década de 1980 na confissão que as grandes teorias fracassaram (MENZEL, 1991). É por isso que a Geografia do desenvolvimento considera, sobretudo, teorias de “médio alcance” (BOHLE, 1986a). Fazem parte disso, por exemplo, o debate sobre os modos de produção na Índia (BOHLE, 1986a), ou a questão sobre como explicar os caminhos diferenciados de desenvolvimento dentro do Terceiro Mundo (por exemplo, das chamadas economias emergentes do Leste Asiático ou dos Tigres do Leste e do Sudeste da Ásia frente aos países cada vez mais pobres da África). Diferentemente do desenvolvimento global das disparidades, a crescente divergência dentro do próprio Terceiro Mundo parece manifestar-se mais fortemente em nichos econômicos específicos, condições sócio-culturais particulares e nas atividades e ambientes institucionais de pequenos grupos (KREUTZMANN, 2003). Eis porque a Geografia do desenvolvimento busca suas teorias no nível médio cada vez mais por estudos em pequena escala, na esfera cotidiana; foram estudados, por exemplo, varejistas no Sul da Índia (BOHLE, 1986b), refugiados da miséria em cidades da zona do Sahel (GERTEL, 1993; LOHNERT, 1995), mulheres marginalizadas em espaços periféricos do Caribe (ULBERT, 1999) ou coletores de lixo em uma mega-cidade da Índia (KÖBERLEIN, 2003). Devido aos trabalhos da Bielefelder Entwicklungssoziologie [em português: Sociologia do desenvolvimento de Bielefeld; N.T.] sobre a chamada abordagem de entrelaçamento [Verflechtungsansatz] (EVERS, 1988), a Geografia do desenvolvimento trabalha cada vez mais com níveis de ação global, regional e localmente entrelaçados. Com isso, a Geografia do desenvolvimento dirigiu seu foco para a pesquisa multiescalar orientada para instituições e atores (KREUTZMANN, 2003). A edição *Theorie und Praxis der Entwicklungsforschung* da revista *Geographica Helvetica* (2003/1) oferece um panorama geral das atuais abordagens teóricas e práticas da Pesquisa sobre o desenvolvimento, especialmente a introdução de Hermann Kreutzmann. No primeiro plano da Geografia do desenvolvimento estão, atualmente, aquelas abordagens que compreendem as estruturas espaciais como fenômenos e processos sociais regionais, e que compreendem o espaço como “arena” de

processos de negociação sociais e como “palco” da ação social (SCHOLZ, 2004). Assim, a tensão epistemológica dificilmente compreensível entre o espacial e o social, entre espaço e desenvolvimento, entre estrutura e ação humana (structure e agency; GIDDENS, 1988), entra (como em outras sub-disciplinas geográficas) no foco da Geografia do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS SOCIAL-CIENTISTAS E HUMANO-GEOGRÁFICOS DA GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO

No conseguente pretende-se mostrar que os campos de pesquisa da Geografia do desenvolvimento sempre foram também uma expressão de discursos atuais nas Ciências sociais. Além disso, pretendemos esclarecer em que medida a Geografia do desenvolvimento se refere a novas discussões nas sub-disciplinas da Geografia humana. Finalmente tentamos mostrar os déficits da Geografia do desenvolvimento relativo a abordagens mais recentes das Ciências sociais e da Geografia humana, e quais as perspectivas que, por isso, se oferecem para a Geografia do desenvolvimento.

Dimensões econômicas de desenvolvimento na Geografia do desenvolvimento

Durante muito tempo, o desenvolvimento foi simplesmente equiparado ao desenvolvimento econômico. Nos relatórios anuais sobre o desenvolvimento mundial do Banco Mundial, por exemplo, o desenvolvimento foi medido pelo crescimento do produto nacional bruto. Com isso, ignorou-se, primeiro, a distribuição de riqueza dentro das sociedades, e segundo, questões sobre o quê foi feito com os recursos econômicos para os seres humanos e suas necessidades. Ainda assim, os relatórios sobre o desenvolvimento mundial mostram como e com qual rapidez cresce o abismo entre países pobres e ricos (KREUTZMANN, 2003; ver Figura 1). Só os Relatórios de Desenvolvimento Humano, publicados a partir de 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assim como relatórios posteriores do Banco Mundial (por exemplo, BANCO MUNDIAL, 2001), incluíram no seu conceito de desenvolvimento, pelo Índice de Desenvolvimento Humano, aspectos sociais como alfabetização e expectativa de vida (COY; KRAAS, 2003; ver Figura 2). No final da década de 1990, o Banco Mundial introduziu, sob a idéia da “Nova Riqueza das Nações” (SERAGELDIN, 1996), outra dimensão de desenvolvimento na discussão sobre o desenvolvimento. Sob essa abordagem, os países do mundo são classificados de acordo com seu respectivo estoque de capital natural, físico e humano (BOHLE; GRANER, 1997; ver Figura 3). Segundo essa abordagem, nos países industrializados ocidentais, mas também em muitos Estados do Sudeste e do Leste da Ásia, predomina o capital humano, enquanto que os países em desenvolvimento na África dispõem, quando muito, de capital natural.

Outra discussão importante da Geografia do desenvolvimento é feita sobre o papel das instituições no processo de desenvolvimento econômico, e relaciona-se, com isso, com tendências atuais nas Ciências econômicas (“Nova Economia Institucional”; NORTH, 1990) e na Geografia econômica (por exemplo, no contexto de processos de descentralização; RAUCH, 2001; THOMI, 2001). Além de questões sobre descentralização em países do Sul, esta discussão trata também de regulamentos institucionais nos conflitos por terra (COY, 2001; NEUBURGER, 2001), água (BÜTTNER, 2001) e floresta (GRANER, 1997), assim como de conservação da natureza (BACKHAUS; KOLLMAIR, 2001). Neste contexto, instituições com bom funcionamento são consideradas como condição prévia para solucionar disparidades e conflitos sociais e para promover um acesso equitativo e sustentável a recursos (MÜLLER-BÖKER, 2001). A crítica contra abordagens orientadas para instituições visa principalmente a uma tendência generalizada de entender as instituições – de maneira objetiva e independentemente do contexto - como motores de crescimento econômico e, como condição prévia para participação, boa governança (good governance) e democratização. O congresso do “Grupo de trabalho sobre teorias do desenvolvimento” [Geographischer Arbeitskreis Entwicklungstheorien] em 2002, em Zurique, trouxe numerosas sugestões para este debate (ver

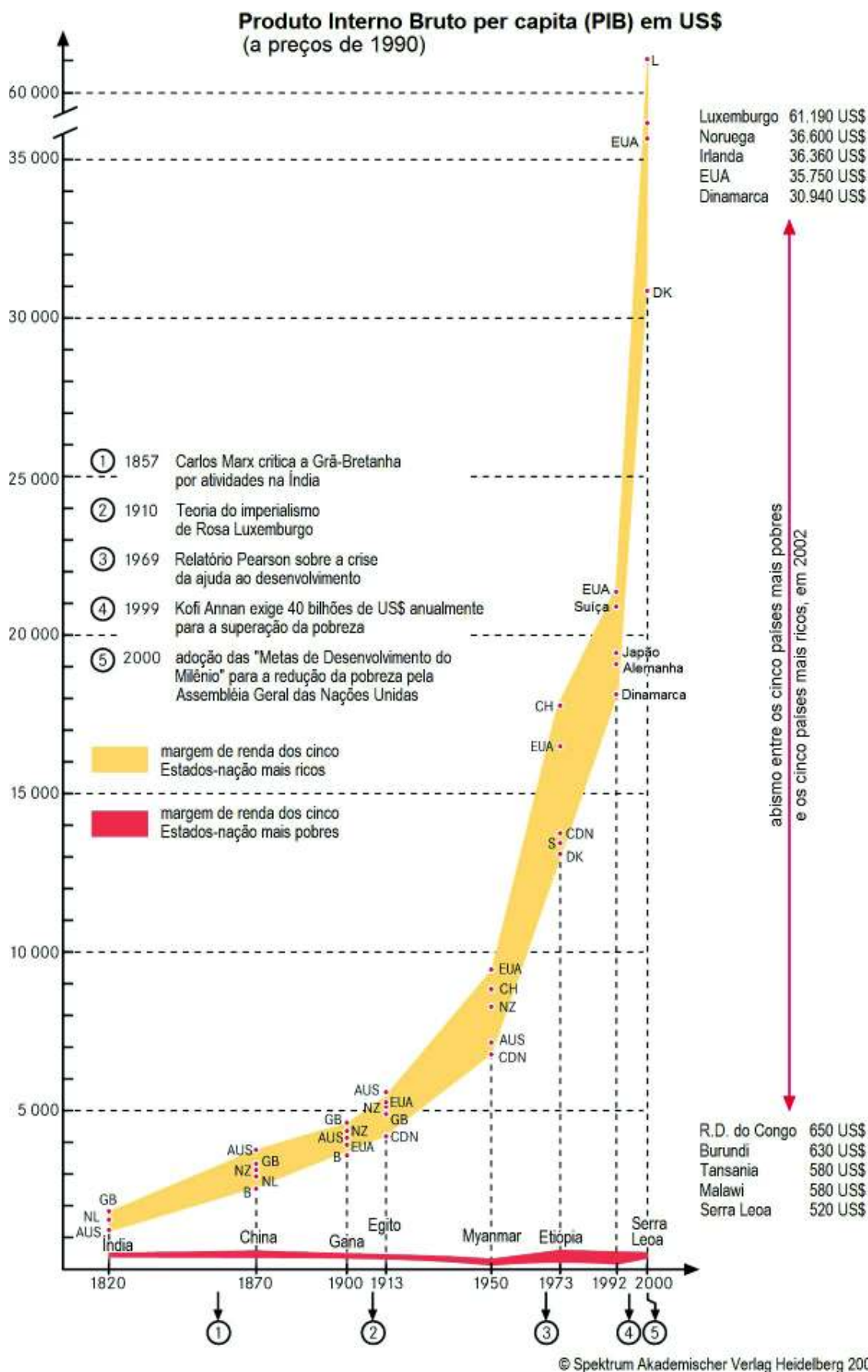


Figura 1 – Abismo crescente entre países pobres e ricos (adaptado de KREUTZMANN, 2003).

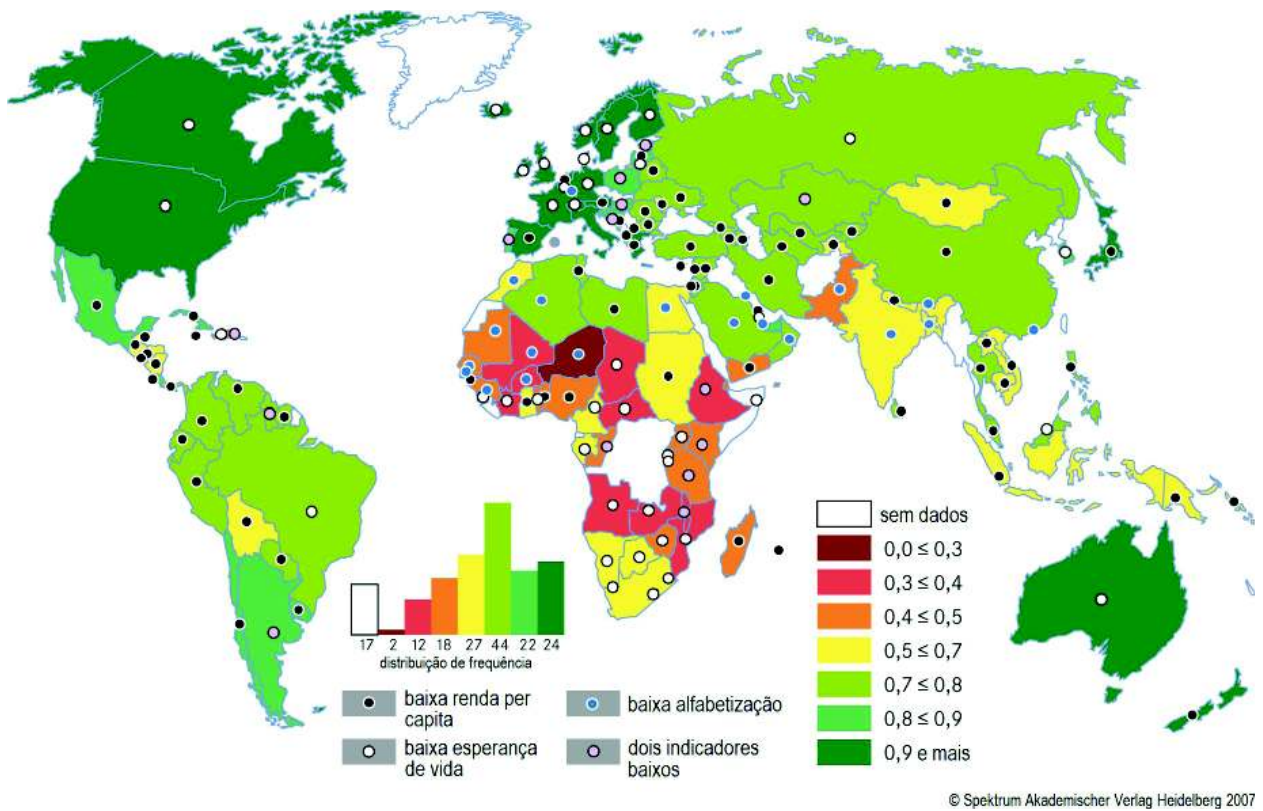


Figura 2 - Índice de Desenvolvimento Humano 2003 (Fonte: PNUD, 2004; cartografia: GRANER, 2005).

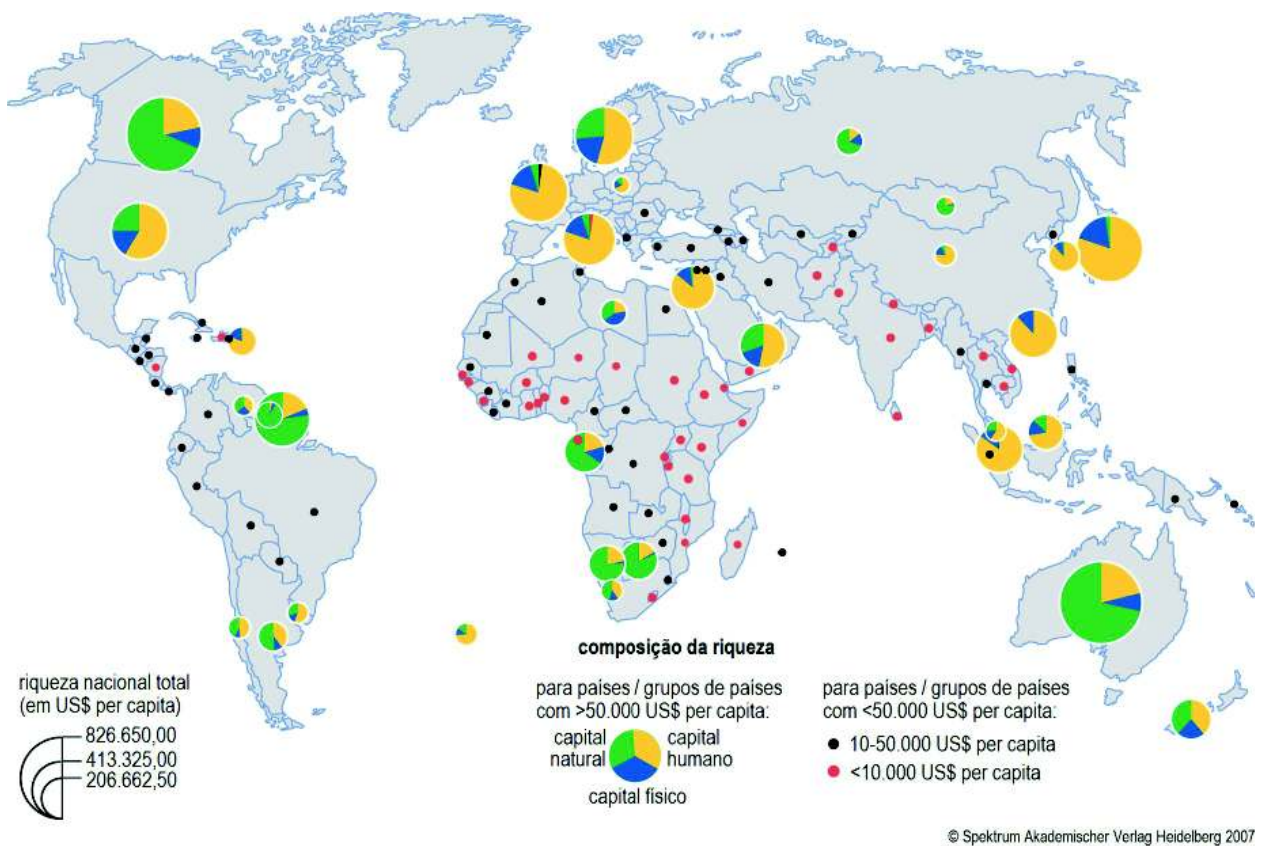


Figura 3 - A nova riqueza das nações (fonte: SERAGELDIN, 1996; cartografia: GRANER, 2005)

edição “Regulamentos institucionais no processo de desenvolvimento” [Institutionelle Regelungen im Entwicklungsprozess], revista *Geographica Helvetica* 2001/1).

Para a interface entre economia e desenvolvimento pode-se, assim, afirmar que as perspectivas da Geografia do desenvolvimento, por um lado, se afastaram do Estado-nação como referência e de índices econômicos como indicadores de desenvolvimento e, por outro lado, se aproximaram para uma abordagem multinível relacionada com instituições e atores (KREUTZMANN, 2003).

Dimensões sociais de desenvolvimento na Geografia do desenvolvimento

No contexto social-cientista e social-geográfico da Geografia do desenvolvimento, abordagens orientadas aos atores e baseadas em teorias da ação conheceram recentemente uma expansão. Trata-se, em geral, de análises que observam atores do desenvolvimento em todos os níveis geográficos - do nível local ao global - e que focam as possibilidades ou pressões de ação desses atores, orientadas para diferentes interesses e baseadas em instrumentos de poder desiguais (KRÜGER, 2003). Para aqueles atores sociais que, vivendo em condições de risco, estão à procura de segurança, recursos-chave como terra, dinheiro, habilidades, saúde, educação ou redes sociais desempenham um papel central para poder lidar ativamente com o risco e para a sobrevivência. Esses recursos também são chamados de ativos (assets) (PNUD, 1997) ou de capitais (BANCO MUNDIAL, 2001). O acesso aos ativos é determinado por regulamentos institucionais; a ação social está sempre embutida em um sistema de regras coletivas. Neste ponto, uma Geografia do desenvolvimento orientada para a ação também leva em conta as condições estruturais e tematiza, no sentido de Anthony Giddens (1988), a relação dialética entre estrutura e agência. Um exemplo impressionante para tal concepção é o estudo de Sabine Tröger (2004) sobre a “atuação para garantir a segurança alimentar na Tanzânia” [Handeln zur Ernährungssicherung] na Tanzânia. Com isso vem à tona a pergunta sobre quais as opções de ação que os atores têm sob condições de insegurança alimentar, especialmente na confrontação com situações de transição estrutural.

O que foi designado na Geografia social de Benno Werlen (1997) como “Geografia social baseada em teorias da ação” ou “Geografia social das regionalizações cotidianas” [Sozialgeographie alltäglicher Regionalisierungen] (1995), é tratado pela Geografia do desenvolvimento sobretudo em estudos regionais sobre vulnerabilidade e estratégias de sobrevivência de grupos sociais vulneráveis no contexto de crises, conflitos e catástrofes (BOHLE, 2001a). Conflitos ambientais e a problemática de lutas pela disposição e pela distribuição de recursos naturais entre diferentes grupos de atores são estudados na Geografia do desenvolvimento também mediante a abordagem da Ecologia política. Tais abordagens multidimensionais da Geografia do desenvolvimento serão abordados mais adiante na parte intitulada “Geografia multidimensional do desenvolvimento: o exemplo da Geografia da vulnerabilidade”.

Dimensões políticas de desenvolvimento na Geografia do desenvolvimento

Só recentemente surgiu, dentro da Geografia humana, também uma Geografia política orientada para a ação (WOLKERSDORFER, 2001; REUBER, 2000), que dá particularmente conta de atores políticos no campo de tensão entre espaço, poder e interesses políticos. Reuber (2000) identifica como novos campos de pesquisa da Geografia política orientada para a ação: as disputas políticas por recursos ecológicos; conflitos políticos por controle territorial (poder) e por fronteiras; globalização e novas relações internacionais; conflitos regionais e novos movimentos sociais; conflitos políticos e identidades relacionadas com o espaço; e a representação simbólica de poder político. Esta seleção já é, para Reuber (2000), suficiente para mostrar o amplo espectro de interesses da Geografia política hoje, a atualidade de seus temas, e sua importância no quadro de uma Geografia cultural atual (BOHLE, 2004).

A dimensão política de desenvolvimento ainda não foi abordada de forma sistemática pela Geografia do desenvolvimento. No contexto de regulamentos institucionais no processo de de-

envolvimento foram tematizadas, evidentemente, também abordagens de ajustamento estrutural, de políticas de descentralização ou ambientais, ou questões de empowerment, de discriminação política ou de exclusão política. Conflitos políticos também estão colocados cada vez mais no ponto de mira da Pesquisa do desenvolvimento político-geográfica, por exemplo pelo papel atual de leitbilder geopolíticos, por potenciais de conflito e resolução de conflitos no sudeste da Ásia, pelas crises e conflitos ambientais secretos da China ou pela heterogeneidade étnica conflitiva na África Oriental (Themenheft 2004/2 de Petermanns Geographische Mitteilungen sobre Krisen und Konflikte; KRAAS; BORK, 2004).

Dimensões culturais de desenvolvimento na Geografia do desenvolvimento

Dentro da Geografia humana alemã, a geografia cultural também tem recentemente registrado um renascimento. Como dizem Gebhardt et al. (2003) no seu novo Reader sobre a Geografia cultural, a cultura estaria no caminho, ainda mais fortemente do que antes, de se tornar o motor de diferenciação social e política do nosso mundo. Ao mesmo tempo, o “espaço” tornar-se-ia nas Ciências culturais, uma categoria simbólica de distinção social e de diferenciação cultural. Uma “verräumlichung” das Ciências culturais andaria, assim, de mãos dadas com uma “redescoberta da cultura” na Geografia humana.

Também na Geografia do desenvolvimento são reconhecíveis princípios de uma pesquisa orientada para as ciências culturais, por exemplo, na interface da antropologia com as ciências ambientais. Assim, a etno-ecologia (MÜLLER-BÖKER, 1995, 1999) trata das relações homem-meio de culturas pré-industriais tradicionais, especialmente de experiências tradicionalmente transmitidas e de estratégias culturais, que possibilitaram a sobrevivência sob condições ambientais extremas (por exemplo, em espaços secos ou em regiões de alta montanha. Abordagens etno-ecológicas da Geografia do desenvolvimento concentram-se, no sentido de uma Geografia orientada para a ação, na busca ativa de estratégias para a sobrevivência culturalmente autônomas, adaptadas; elas concentram-se, por exemplo, no conhecimento ambiental autóctone, em avaliações ambientais etno-específicas, em sistemas de classificação ecológica indígenas ou em sistemas de uso/exploração localmente adaptados (KRINGS, 1992). Com isso, traz-se freqüentemente à tona o problema de que opções de ação comprovadas falham quando as condições demográficas, político-econômicas e sócio-culturais mudam (MÜLLER-BÖKER, 1993, sobre os Tharu no Nepal). Neste ponto, problematiza-se também na Geografia do desenvolvimento etno-ecológica a acima referida relação tensa entre structure e agency.

Recentemente, aspectos cultural-cientistas da Geografia do desenvolvimento foram tematizados também na Geografia dos conflitos. O acoplamento discursivo entre cultura (idioma, religião, etnicidade e identidade, por exemplo), territorialidade e poder, como em Gebhardt et al. (2003), permitiria uma localização do próprio e do estrangeiro. Nisto residiria também o germe da exclusão ativa de minorias e de conflitos territoriais daí derivados. Discursos sobre espaço e cultura criariam assim uma “arquitetura do poder” simbólica. Com isso, eles tornar-se-iam um terreno fértil para múltiplos conflitos por espaço e poder, da segregação social local a conflitos regionais de localização e distribuição até a limpeza étnica e genocídio (WOLKERSDORFER, 2001). Assim, a guerra civil no Sri Lanka foi, por exemplo, apresentada como um conflito etnicizado (BOHLE, 2004): a combinação sinistra de política territorial com razões etnicamente construídas gerou, ali, espirais de violência. Recorreu-se sistematicamente a valores culturais como a língua cingalesa, a religião budista, uma identidade srilanquesa e uma descendência ariana indo-germânica, a fim de estabelecer um nacionalismo cingalês dominante e para reprimir a influência de minorias tâmil. Aqui, atentados suicidas, atrocidades inimagináveis, limpezas étnicas e genocídio criaram, no sentido de Michael Watts (2000), “geografias da violência” completamente novas.

Concluimos que uma Geografia do desenvolvimento relacionada com conflitos só pode ser frutífera na interface entre política, economia, cultura e espaço. Neste ponto, têm conjuntura atualmente

tais abordagens que combinam diversas dimensões de desenvolvimento ou subdesenvolvimento, e que atuam de maneira trans-disciplinar. Uma Geografia da vulnerabilidade amplamente concebida é um bom exemplo para isso.

GEOGRAFIA MULTIDIMENSIONAL DO DESENVOLVIMENTO: o exemplo da Geografia da vulnerabilidade

Abordagens de vulnerabilidade social

A abordagem da vulnerabilidade foi introduzida na década de 1980 tanto no quadro da Pesquisa social-cientista sobre o desenvolvimento (CHAMBERS, 1989) quanto dentro das Ciências ambientais voltadas para o desenvolvimento (TIMMERMANN, 1981). Nas ciências sociais tratava-se, em primeiro lugar, de uma extensão do conceito de pobreza e de sua “desagregação” (SWIFT, 1989). Vulnerabilidade social foi entendida aqui como uma função da exposição ao risco e da situação desprotegida de grupos sociais assim como de sua falta de possibilidades de lidar com a situação e adaptar-se. Essa função de exposição, por um lado, e reação, por outro lado, constitui até hoje o núcleo do conceito social-cientista de vulnerabilidade (KRÜGER, 2003).

Como quadro básico de vulnerabilidade social, Watts e Bohle (1993) identificaram as “coordenadas” de exposição ao risco, de sua gestão e de danos conseqüentes, e propuseram três conjuntos de causalidades para explicar a vulnerabilidade social. Conseqüentemente, a vulnerabilidade social é baseada em estruturas e relações sociais que fazem os grupos e as sociedades vulneráveis entrar numa rede de falta de recursos, falta de direitos de propriedade e relações de dependência precárias e, com isso, numa posição perigosa de prejuízo (KRÜGER, 2003). Essa exposição de risco forma, então, como lado “externo” de vulnerabilidade (CHAMBERS, 1989), uma estrutura no sentido da Teoria da estruturação de Anthony Giddens (1988). Dentro de condições de risco (structure), grupos e sociedades vulneráveis buscam ativamente possibilidades de adaptação e opções de superação (agency) para garantir sua sobrevivência e para evitar conseqüências negativas iminentes. Neste lado “interno” de vulnerabilidade baseiam-se cada vez mais as abordagens orientadas para a ação da Geografia da vulnerabilidade (BOHLE, 2001a). Também primeiras tentativas de uma operacionalização conseqüente do conceito de vulnerabilidade (VAN DILLEN, 2004) concentraram-se inteiramente em padrões de atividade de grupos vulneráveis.

Desde o ponto de vista social-cientista, vulnerabilidade social é, em conseqüência disso, sempre um conceito relacional e dinâmico, que considera relações e processos sociais como determinantes de vulnerabilidade; por exemplo, relações de poder, relações de direitos de propriedade, oportunidades de participação ou mudança nas relações homem-meio. Análises de vulnerabilidade nunca podem ser inteiramente neutras, porque relações de poder e impotência, de participação e marginalização, e de direitos de propriedade e exclusão são sempre de natureza política. Além disso, a Pesquisa da vulnerabilidade social-cientista é geralmente uma análise social multinível, por exemplo, no contexto de crises individuais de livelihoods, crises sociais regionais e crises sociais globais (ver figura 4). Também as ameaças sociais são de natureza multiescala e complexa. Eles abrangem a exposição individual a risco frente a doença, pobreza ou fome, mas também a vulnerabilidade de grupos humanos sob a forma de crises alimentares ou da deterioração de sistemas de segurança social, e abrange até crises sociais globais como, por exemplo, guerras civis, mega-urbanização ou fragmentação (ver figura 4). Podemos concluir que a Pesquisa social-cientista da vulnerabilidade é, em suma, fundamentalmente multidimensional. Ela integra dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento, e tenta explicar a vulnerabilidade por meio de abordagens da pesquisa sobre livelihoods, de abordagens de direitos de propriedade, ou mediante teorias de crise e de conflito ou teorias de um desenvolvimento fragmentador. Essas abordagens básicas de uma Geografia do desenvolvimento social-cientista serão apresentados, de

maneira exemplar, nos seguintes três sub-capítulos sobre “abordagens de livelihoods”, “abordagens de direitos de propriedade” e a “teoria do desenvolvimento fragmentador”.



Figura 4 – Um quadro de análise para a Pesquisa da vulnerabilidade.

a) Abordagens de livelihoods

Na Pesquisa social-cientista da vulnerabilidade, no que se refere ao nível individual ou ao nível familiar, o foco está nos fatores que, no contexto de condições de risco, possibilitam uma segurança sustentável de sistemas de subsistência (sustainable livelihoods security). Livelihoods compreendem com isso todas as habilidades, equipamentos e atividades que são necessárias para a existência. O conceito de livelihoods, desenvolvido pelo Institute of Development Studies em Sussex (SCOONES, 1998), que serve como base prática para organizações de desenvolvimento como a agência de desenvolvimento britânica DFID, a OXFAM ou a CARE (DFID 1999), dirige-se para portfólios de bens que conseguem assegurar a existência de uma família, dando conta do contexto de vulnerabilidade específico. Um sistema de subsistência é sustentável quando consegue amortecer, lidar com e recuperar-se de eventos de estresse ou de choque, garantindo os valores tangíveis e intangíveis que estão disponíveis, sem comprometer a base natural dos recursos (KRÜGER, 2003). Neste ponto, este conceito é um exemplo típico da Pesquisa do desenvolvimento orientada para a ação no campo de tensão entre structure e agency.

No centro das abordagens de livelihoods está o chamado framework dos livelihoods, que retrata os principais elementos e estratégias de subsistência e que mostra os resultados desejados (ver Figura 4). O quadro analítico parte de cinco livelihoods assets colocados num pentágono: capital humano (conhecimento, capacidades, habilidades, saúde, etc.), capital natural (terra, água, solo, biodiversidade, etc.), capital social (redes sociais, sistemas de segurança tradicionais, etc.), capital físico (infra-estrutura, meios de produção, habitação / espaço para viver, etc.) e capital financeiro (renda, poupança, acesso a crédito, etc.; KRÜGER, 2003). No contexto de condições estruturais (vulnerability context, transforming structures and processes), esses ativos ou capitais desembocam em estratégias de subsistência, e garantem assim condições de vida seguras (livelihoods outcomes) (ver figura 4). Levantamentos empíricos da Geografia do desenvolvimento que utilizaram o esque-

ma de subsistência (BOHLE, 2001b, sobre camponeses de montanha no Nepal), foram capazes de demonstrar claramente a utilidade analítica do conceito de livelihoods. No entanto, ficou também claro que há fatores importantes de subsistência que faltam no conceito de livelihoods, por exemplo, a questão sobre a origem de livelihoods-portfolios, a questão das condições de acesso e de controle sobre os ativos que asseguram a existência e a questão das possibilidades dos atores para ajustar os seus portfolios com mais ou menos sucesso a novas condições, no contexto de processos de transformação sociais e ecológicos. Outro aspecto é que, onde há sistemas de subsistência, não é garantido que a subsistência esteja bem-sucedida. Não obstante, na prática do desenvolvimento, a abordagem dos livelihoods contribuiu para possibilitar um acesso sistemático a ações de sobrevivência de indivíduos, famílias ou grupos sociais particularmente vulneráveis e, assim, a identificar pontos de partida para intervenções externas (KRÜGER, 2003).

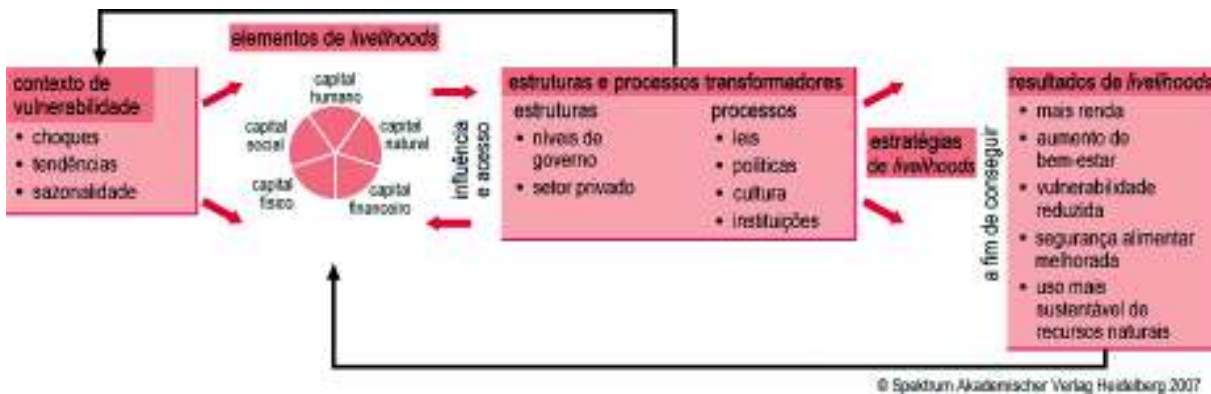


Figura 5 - o esquema dos livelihoods (adaptado de: DFID, 1999).

b) Abordagens de Direitos de propriedade

Em suas pesquisas sobre pobreza e crises de fome na Índia, na Etiópia e em Bangladesh, Amartya Sen (1981) chegou à conclusão de que as fomes não são causadas principalmente pela falta de alimentos ou de sua produção, mas pelo acesso restrito a alimentos inteiramente existentes. Os fatores que regulam o acesso a alimentos e que constituem os direitos de acesso, são chamados por Sen de entitlements. Com isso, ele distingue quatro tipos de Direitos de propriedade: os que são baseados no comércio (trade-based entitlements), os que são baseados na produção (production-based entitlements), os que são baseados em trabalho próprio (own-labour entitlements), ou os direitos que compreendem transferências como pensões, heranças ou doações (inheritance and transfer entitlements). Com sua abordagem dos Direitos de propriedade, Sen consegue compreender e operacionalizar as condições sociais das crises de fome. No entanto, pouco é dito sobre os mecanismos e as forças sociais que geram direitos de propriedade específicos, ou que definem o acesso a esses direitos de propriedade. É que Sen não dá conta nem das forças que criam ou modificam os direitos de propriedade, nem da questão de como os direitos de propriedade poderiam ser protegidos ou promovidos (WATTS; BOHLE, 2003).

Em contrapartida, estudos empíricos da Geografia do desenvolvimento sobre sistemas alimentares e crises de fome mostraram que as interações sociais pelas quais as pessoas têm acesso a alimentação são muito diversas, que as estratégias de sobrevivência são muito complexas e que o acesso a alimentos é muito influenciado por instituições indígenas, práticas culturais e padrões de relação sociais (TRÖGER, 2002; VAN DILLEN 2002, 2004). Direitos de propriedade sobre alimentos e o contrato alimentar podem ser representados simplificada e pelas quatro dimensões da figura 6: direitos de propriedade diretos, estatais, institucionais e globais. Porém, na prática, estes quatro pilares de direitos de propriedade estão combinados entre si de maneira complexa. Primeiro, os direitos de propriedade são construções sociais, eles expressam processos e representações

sociais. Segundo, direitos de propriedade constituem-se de maneira complexa de práticas culturais, institucionais e políticas que são, por princípio, instáveis: os direitos de propriedade são cada vez de novo constituídos e reproduzidos através de conflito, negociação e conflito. Terceiro, os assim entendidos direitos de propriedade sociais confirmam a observação pouco desenvolvida de Sen de que a relação entre ser humano e alimentos deve ser entendida como uma rede de relações de direitos de propriedade. Com isso, as abordagens de direitos de propriedade da Pesquisa social-cientista da vulnerabilidade são de natureza relacional.

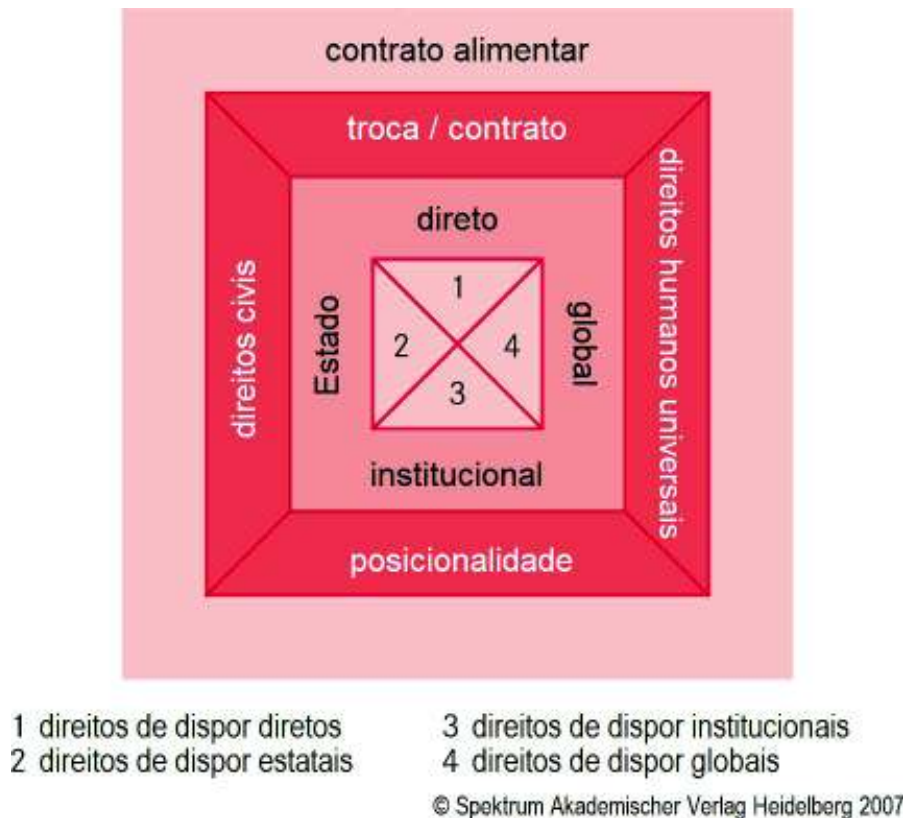


Figura 6 - redes de Direitos de propriedade (adaptado de: WATTS; BOHLE, 2003).

c) A teoria do desenvolvimento fragmentador

Durante muito tempo, a globalização foi considerada como um processo que envolve todos os setores sociais de maneira igual num mercado global, como processo que ela levaria a uma homogeneização mundial de valores e preferências sociais e culturais. Entretanto, os pesquisadores da globalização têm provado empiricamente que a globalização é um processo profundamente contraditório, heterogêneo e polarizador (BECK, 1997). Isto se reflete tanto no declínio dos Estados-nação e na desfronterização de mundos-estado como em oposições sociais e regionais cada vez mais graves, em flutuações da localização de empresas que estão acelerando-se, em desemprego e pobreza em massa, em marginalização, em migração e refugiados. Esses fenômenos manifestam-se espacialmente na proximidade de processos integradores e quebradamente separadores, ou seja, de processos fragmentadores. O cientista social Ulrich Menzel (1998) descreveu esse fenômeno como a fragmentação; na Geografia do desenvolvimento, Fred Scholz (2002) desenvolveu, a partir disso, a teoria do desenvolvimento fragmentador.

O modelo de fragmentação global diferencia entre três elementos básicos que caracterizam mundialmente as estruturas sociais e espaciais: os lugares globais (acting global cities), os lugares globalizados (affected global cities) e o resto excluído do mundo (new periphery). As Global Cities são os centrais de comando das empresas transnacionais que atuam mundialmente, as centrais de

serviços financeiros globais, as sedes de organizações internacionais e os lugares de instituições culturais de classe mundial. Lugares globalizados incluem, além de serviços Hightech, também zonas de livre produção, centros de extração de matérias-primas, paraísos fiscais, e centros da indústria global do turismo. Como periferia [“Hinterhöfe”] (SCHOLZ, 2002) da globalização, elas vinculam as Global Cities com a periferia global. A nova periferia compreende o resto excluído do mundo que, embora de maneira profunda afetado passivamente pelas influências sociais e culturais da globalização, não pode participar ativamente, nem como mão de obra nem como consumidores, no mundo globalizado. Neste lebensraum da maioria excluída da população mundial desenvolvem-se, cada vez mais, misturas explosivas com base em etnoregionalismos, separatismos e fundamentalismos conflitivos. Um desenvolvimento fragmentador documenta-se aqui pela simultaneidade e justaposição funcional e espacial de acumulação de riqueza excessiva e freqüentemente criminal, por um lado, e de estratégias desesperadas de sobrevivência mais básica, do outro lado (SCHOLZ, 2002).

Abordagens de vulnerabilidade ecológica

Vulnerabilidade ecológica pode ser definida como uma função da sensibilidade de sistemas ecológicos frente a distúrbios vindos de fora (lado “externo” da vulnerabilidade ecológica), e de sua resistenciabilidade sistêmica frente a desestabilizações (lado “interno” da vulnerabilidade ecológica). Para o último, Timmermann (1981) já introduziu o conceito até hoje central da resiliência na Pesquisa ambiental sobre a vulnerabilidade.

Como na Pesquisa social-cientista da vulnerabilidade, a vulnerabilidade ecológica também é considerada como fenômeno pluri-escalar e multidimensional que compreende tanto crises locais de recursos quanto catástrofes naturais a nível regional, ou crises ambientais globais. Na média escala, Kasperson et al. (1995) introduziram os conceitos de regions at risk ou critical regions na Pesquisa ecológica da vulnerabilidade. Nas ciências ambientais globais foi estabelecido, por iniciativa do Instituto de pesquisa de Potsdam sobre os efeitos das mudanças climáticas, o termo “Síndrome”; exemplos são a Síndrome do Sahel, a Síndrome do Mar de Aral, ou a Síndrome da favela (WBGU 1996). A criticalidade de síndromes ecológicas ou de contextos de vulnerabilidade expressa-se numa combinação de processos de pequena escala (como por exemplo, a degradação da terra, a sobre-exploração de recursos florestais ou crises locais de água), de catástrofes naturais regionais (como secas ou enchentes), e de grandes crises ambientais (sob a forma de mudanças ambientais globais ou de desertificação). Conseqüentemente combinam-se, na Geografia da vulnerabilidade orientada para o meio ambiente, abordagens como a Ecologia política, a Pesquisa sobre hazards ou as Ciências ambientais globais (ver Figura 4). Todos esses campos de risco são mais ou menos antropogênicos, e todas as formas de vulnerabilidade ecológica afetam negativamente as condições vitais de grupos e sociedades; por isso, as abordagens da Pesquisa da vulnerabilidade ambiental são integradas cada vez mais em perspectivas social-cientistas. Isto vale também para as abordagens de base de uma Geografia da vulnerabilidade que é mais orientada para o meio ambiente (ver os seguintes sub-capítulos, sobre “Ecologia política”, “abordagens da Pesquisa sobre hazards” e “abordagens da Pesquisa ambiental global”).

a) Ecologia política

A Ecologia política – baseada, essencialmente, nos trabalhos fundamentais de Blaikie e Brookfield (1987) e de Bryant e Bailey (1997) – combina a preocupação da Ecologia com uma Economia política muito ampla (KRINGS, 1998). A análise da relação entre condições político-sociais e mudanças ambientais, crises ambientais e conflitos ambientais é central para a Ecologia política. Processos de mudança ambiental, tal um dos pontos-chave da abordagem, são sempre também condicionadas pelo contexto social (BÜTTNER, 2001). Com isso, a Ecologia política considera as crises e os conflitos ambientais como resultado da interação entre atores em diferentes níveis de ação, atores que perseguem interesses diferentes. No contexto de relações de poder desiguais,

eles dispõem de diferentes margens de ação, e eles beneficiam, ou perdem, em diferentes graus dos resultados da mudança ambiental. Disso resultam processos de acumulação e marginalização nos mais diversos níveis de ação (ver Figura 7). Como movimentos sociais de oposição surgem especialmente nas regiões mais periféricas e mais degradadas, movimentos de libertação ecológica são motivados (Liberation Ecologies; PEET; WATTS, 1996). Portanto, mudanças, crises e conflitos ambientais devem ser considerados, por um lado, no contexto de pobreza, marginalidade e vulnerabilidade, e, por outro lado, no contexto de poder “de propriedade” e poder decisório local, regional e global (KRINGS, 1999).

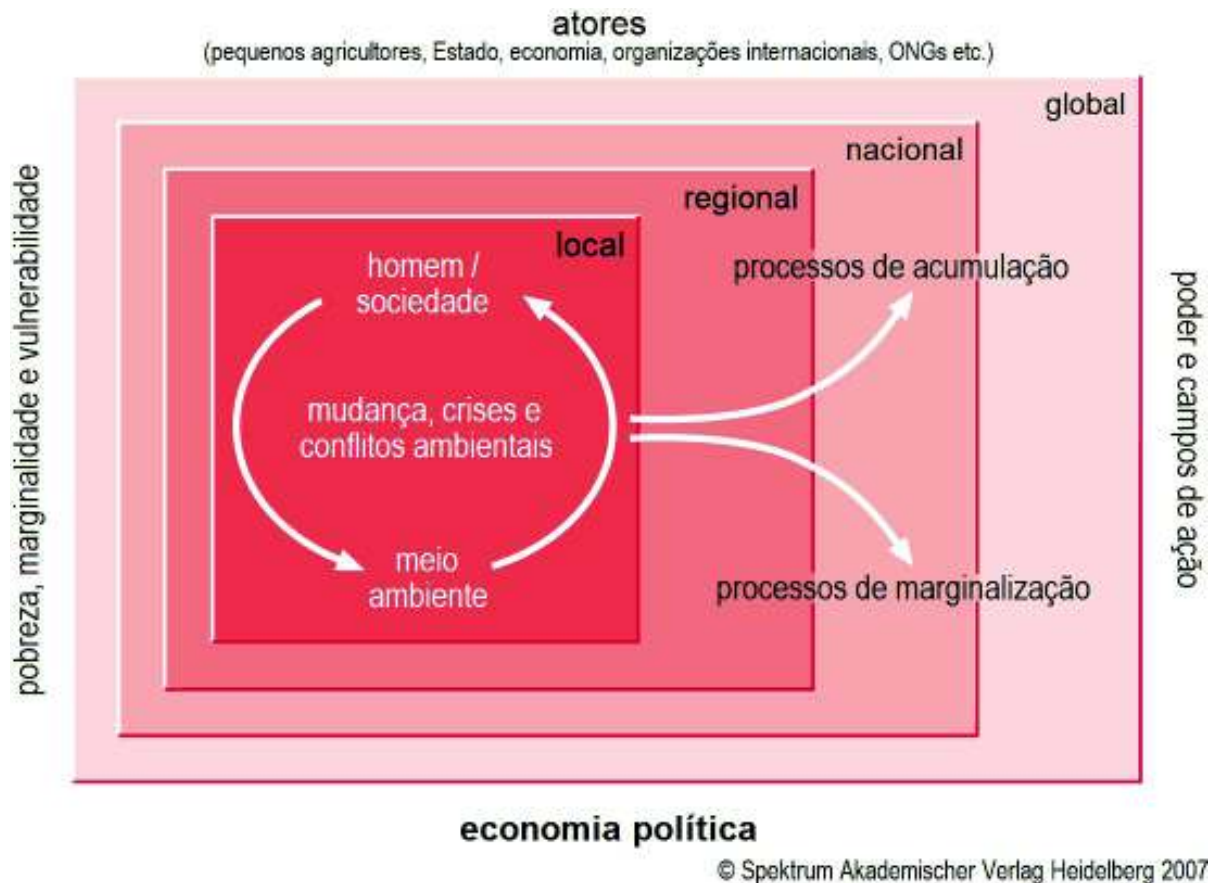


Figura 7 - O conceito da Ecologia política (adaptado de SAKDAPOLRAK, 2005).

b) Abordagens da Pesquisa sobre hazards

Em seu livro *At risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters*, Ben Wisner et al. (2004) tentaram estudar sistematicamente as relações entre catástrofes naturais e vulnerabilidade. De acordo com sua análise, uma catástrofe natural (disaster) ocorre quando pessoas vulneráveis estão expostas a um perigo natural (hazard) e quando por isso, seu sistema de subsistência (livelihoods system) é afetado de tal maneira que eles não possam mais recuperar-se sem ajuda alheia. O Modelo de pressão e alívio (Pressure and Release; PAR) serve para desvendar sistematicamente essas relações (ver figura 8) e para mostrar que uma catástrofe natural é sempre uma combinação de duas forças reciprocamente atuantes: por um lado, os processos que geram a vulnerabilidade, e por outro lado, o próprio evento natural extremo. O efeito é o de um “quebra-nozes” que exerce pressão (pressure) por ambos os lados (perigo natural versus vulnerabilidade) sobre as pessoas afetadas. A idéia de descompressão (release) centra-se na redução da vulnerabilidade como única possibilidade realmente razoável para lidar com desastres naturais no longo prazo. Por isso, o modelo PAR concentra-se inteiramente no aspecto da vulnerabilidade. Segundo o modelo, a vulnerabilidade é

causada por uma série de causas fundamentais (root causes), fatores de pressão dinâmicos (dynamic pressures) e condições inseguras (unsafe conditions). O modelo indica também que o evento natural extremo em si é freqüentemente separado funcional e espacialmente das condições que geram a vulnerabilidade. A vulnerabilidade a perigos naturais, tal a conclusão do modelo PAR, baseia-se em processos sociais e conjuntos de causas, que, ao fim e ao cabo, podem ter pouco a ver com os próprios desastres naturais.

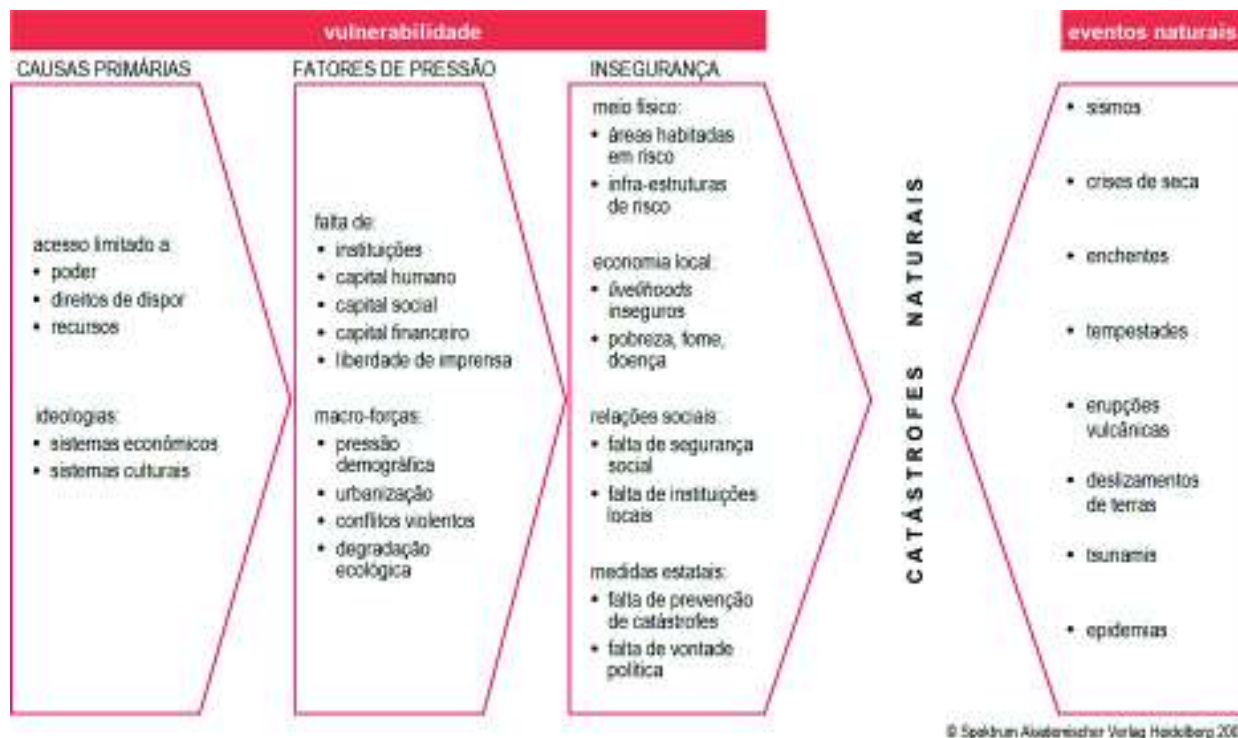
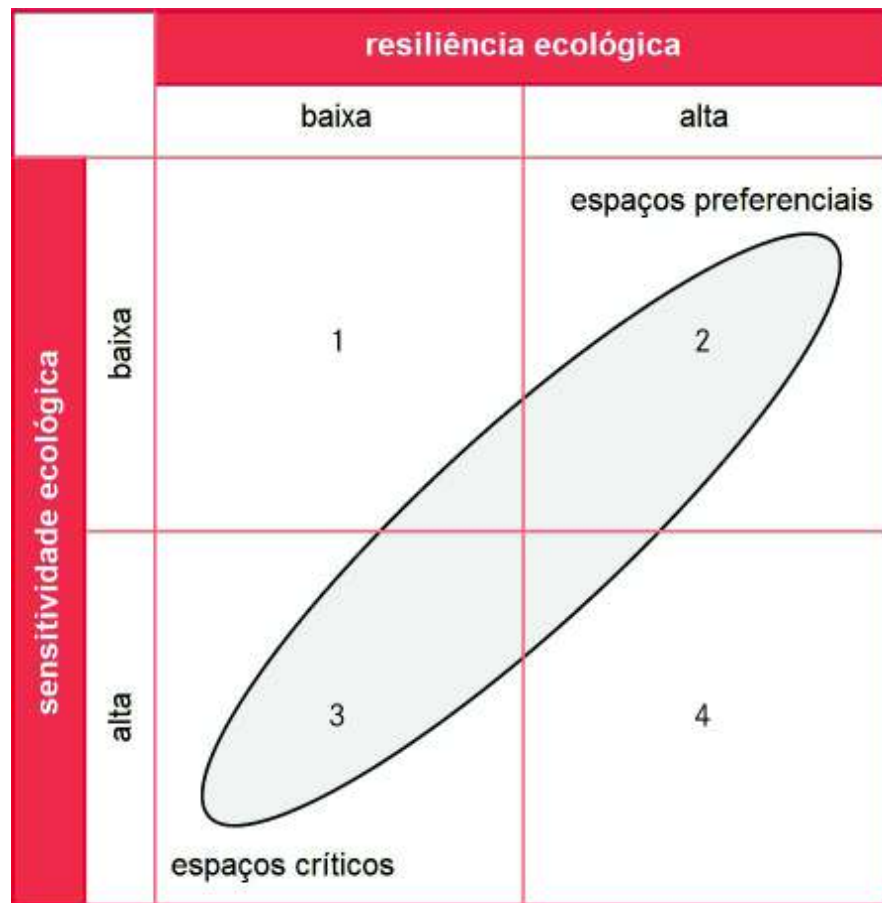


Figura 8 - O modelo de pressão e release (modelo PAR; adaptado de WISNER et al., 2004).

c) Abordagens da Pesquisa ambiental global

Problemas e processos de vulnerabilidade ecológica a nível global foram até agora tratados, sobretudo, pelos conceitos de síndrome e da criticalidade ecológica. A última foi propagada especialmente por Kaspersen et al. (1995) em sua publicação seminal *Regions at risk: comparisons of threatened environments*. Criticalidade ecológica é definida aqui como “situations in which the extent and/or rate of environmental degradation preclude the continuation of current human-use systems or levels of human well-being, given feasible adaptations and societal capabilities to respond”. O foco aqui está na maneira como o estresse ambiental pode afetar o funcionamento dos ecossistemas de tal maneira que eles perdem a capacidade de manter suas estruturas de base e de se recuperar de danos. O conceito da criticalidade ecológica avalia crises ambientais de larga escala no campo de tensão entre sensibilidade ecológica, por um lado, e resiliência ecológica, por outro lado. Para isso, a sensibilidade ecológica (sensitivity) é definida como “the degree of ecosystems or ecosystem components change associated with a given degree of human-induced stress”. A resiliência ecológica (resilience), do outro lado, é definida como “the ability of a particular ecosystem to maintain the basic structure essential to support human uses during perturbations and to recover from such (and especially damaging) changes” (KASPERSEN et al., 1995). Disso resulta uma matriz de quatro formas básicas e níveis de intensidade de criticalidade ecológica (ver Figura 9), formando, nos dois extremos, espaços frágeis por um lado, e espaços preferenciais por outro lado. Numa tal matriz podem ser classificadas as grandes áreas ecológicas da Terra e as síndromes da mudança ambiental global.



© Spektrum Akademischer Verlag Heidelberg 2007

Figura 9 - Tipos de criticalidade ecológica (adaptado de KASPERSON et al., 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No último capítulo do seu manual sobre a Geografia do desenvolvimento, Fred Scholz (2004) formulou os futuros desafios para a Geografia do desenvolvimento da seguinte maneira:

- . concorrências desfronteirizadas
- . conflitos crescentes
- . separações sociais e espaciais abruptas
- . flutuações instáveis
- . movimentos transnacionais
- . perda sem reposição de, por exemplo, segurança pública e identidade regional
- . surgimento de regiões em rede controladas pela competição
- . ressurgimento radical de nacionalismos e regionalismos

No contexto destes exemplos parece necessário que a Geografia do desenvolvimento seja cada vez mais concebida como pesquisa transversal orientada para crises e conflitos. Estes incluem, por exemplo, as seguintes orientações conceituais:

- . Uma combinação das abordagens das ciências sociais orientadas para a ação com aquelas das ciências ambientais orientadas para problemas.
- . Uma análise multinível com foco em relações entre atores “glocais” hierarquicamente vinculados e com foco em relações sistêmicas e interações, ecológicas e multiescalares.
- . Um foco em fenômenos de crises, conflitos e processos de fragmentação, do nível local ao global.
- . Uma orientação para sistemas homem-meio acoplados (TURNER et al., 2003) com um foco na gestão sustentável de crises e de conflitos.
- . Um acoplamento discursivo das categorias de espaço e de espacialidade com concepções construtivistas de natureza, cultura e sociedade.

Numa Geografia do desenvolvimento que, além de aos desafios até agora abordados como pobreza, fome ou sustentabilidade, se dirige também a novos campos de problemas tais como crises, conflitos, fragmentações ou exclusões, o conceito de espaço, ou espacialidade, também deve ser reformulado. Pois para a Geografia do desenvolvimento, o espaço não é apenas um palco de processos ecológicos e sociais; o espaço é, em muitos aspectos, também o instrumento social e político de transformações. Com isso, o espaço não é em primeiro lugar significativo “por si”, mas como produto de relações e interações, como fonte de fragmentações e de pluralidades, e ao mesmo tempo como um construto, ou seja, como um espaço socialmente, culturalmente e ecologicamente marcado, instrumentalizado, interpretado e imaginado. A transição da convencional Geografia dos países em desenvolvimento para uma Geografia do desenvolvimento só pode ser concluída com tal concepção de espacialidade no contexto de processos de desenvolvimento sociais e de problemas de desenvolvimento – para uma Pesquisa do desenvolvimento capaz de dar conta das grandes questões sociais do futuro na era da globalização.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BACKHAUS, Norman; KOLLMAIR Michael. Heilige Institutionen? - Regelungen von Nutzungsansprüchen an Ressourcen von Nationalparks. **Geographica Helvetica**, v. 56, n. 1, p. 57-69, 2001. Disponível em: <<http://retro.seals.ch/digbib/view?lp=57&rid=ghl-004%3A2001%3A56%3A%3A167>>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- BANCO MUNDIAL. **Luta contra a pobreza**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001. Washington D.C. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/WDR/Poroverv.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2010.
- BECK, Ulrich. **O que é globalização?** equívocos do globalismo, respostas à globalização. Paz e Terra, 1999.
- BEHRENDT, Richard Fritz Walter. **Soziale Strategie für Entwicklungsländer**: Entwurf einer Entwicklungssoziologie. Frankfurt: Fischer, 1968.
- BLAIKIE, Piers M.; BROOKFIELD, H. C. (org.). **Land degradation and society**. London: Methuen, 1987.
- BLENCK, Jürgen. Geographische Entwicklungsforschung. Geographische Beiträge zur Entwicklungsländer Forschung. **DGFK Hefte**, Bonn, n. 12, 1979.
- BOHLE, Hans-Georg. Geographien von Gewalt: Kulturgeographische Interpretationen des Bürgerkrieges auf Sri Lanka. **Petermanns Geographische Mitteilungen**, v. 148, n. 2, p. 22-31, 2004.
- BOHLE, Hans-Georg. Vulnerability and criticality: perspectives from social geography. **Update**, Newsletter of the International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change, Bonn, n. 2, p. 1-5, 2001a. Disponível em: <http://www.ihdp.uni-bonn.de/html/publications/update/update01_02/IHDPUpdate01_02_bohle.html>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- BOHLE, Hans-Georg. Neue Ansätze der geographischen Risikoforschung. Ein Analyserahmen zur Bestimmung nachhaltiger Lebenssicherung von Armutgruppen. **Die Erde**, 132, p.119-140, 2001b. Resumo

- disponível em: <http://www.die-erde.de/html/heft_2-01.html>. Acesso em: 27 nov. 2010. [Referência destacada pelo autor; N.T.]
- BOHLE, Hans-Georg. Die Diskussion über Produktionsweisen in Indien (mit Anmerkungen zur Bedeutung von Theorien „mittlerer Reichweite“ für geographische Entwicklungs(länder)forschung. **Geographische Zeitschrift**, v. 74, n. 1, p. 106-119, 1986a.
- BOHLE, Hans-Georg. Südindische Wochenmarktsysteme: theoriegeleitete Fallstudien zur Geschichte und Struktur polarisierter Wirtschaftskreisläufe im ländlichen Raum der Dritten Welt. Tese de habilitação publicada em: **Geographische Zeitschrift**. Beihefte, Erdkundliches Wissen, Heft 82. Stuttgart: Steiner, 1986b.
- BOHLE, Hans-Georg. Bewässerung und Gesellschaft im Cauvery-Delta (Südindien): eine geographische Untersuchung über historische Grundlagen und jüngere Ausprägung struktureller Unterentwicklung. Tese de doutorado publicada em: **Geographische Zeitschrift**, Beihefte, Erdkundliches Wissen, Heft 57. Wiesbaden: Steiner, 1981.
- BOHLE, Hans-Georg; GRANER, Elvira. Arme Länder – reiche Länder. Neue Untersuchungen über Nachhaltigkeit und den Reichtum der Nationen. **Geographische Rundschau**, v. 49, n. 12, p. 735-742, 1997.
- BRONGER, Dirk. **Formen räumlicher Verflechtung von Regionen in Andra Pradesh/Indien als Grundlage einer Entwicklungsplanung**: Ein Beitrag der Angewandten Geographie zur Entwicklungsländerforschung. Bochumer Geographische Arbeiten, Sonderreihe 5. Paderborn, 1976.
- BRYANT, Raymond L.; BAILEY, Sinéad. **Third World Political Ecology**. London: Routledge, 1997.
- BÜTTNER, Hannah. Water management and resource conflicts: an empirical research on water crises and water harvesting in India based on scientific environmental facts. **Freiburger Studien zur Geographischen Entwicklungsforschung** 19. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik, 2001.
- CHAMBERS, Robert. Editorial Introduction: Vulnerability, Coping and Policy. **IDS Bulletin**, v. 20, n. 2, p. 1-7, 1989.
- COY Martin; KRAAS, Frauke. Kann man Entwicklung messen? **Petermanns Geographische Mitteilungen**, v. 147, n. 1, p. 56-57, 2003.
- COY, Martin. Institutionelle Regelungen im Konflikt um Land: Zum Stand der Diskussion. **Geographica Helvetica**, v. 56, n. 1, p. 28-33, 2001. Disponível em: <<http://retro.seals.ch/digbib/view?lp=28&rid=ghl-004%3A2001%3A56%3A%3A10&Submit=ok>>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- DFID (DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT UK). **Sustainable Livelihood Guidance Sheet**. London: DFID, 1999.
- EVERS, Hans-Dieter. Subsistenzproduktion, Markt und Staat: der sogenannte Bielefelder Verflechtungsansatz. **Geographische Rundschau**, Braunschweig, v. 39, n. 3, p.136-140, 1987.
- GEBHARDT, Hans; REUBER, Paul; WOLKERSDORFER, Günter (org.). **Kulturgeographie: aktuelle Ansätze und Entwicklungen**. Heidelberg/Berlin: Spektrum Akademischer Verlag, 2003.
- GERTEL, Jörg. Krisenherd Khartoum: Geschichte und Struktur der Wohnraumpolitik in der sudanesischen Hauptstadt. **Freiburger Studien zur Geographischen Entwicklungsforschung** 2. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik, 1993.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GRANER, Elvira. The Political Ecology of Community Forestry in Nepal. **Freiburger Studien zur Geographischen Entwicklungsforschung** 14. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik, 1997.
- KASPERSON, Jeanne X.; KASPERSON, Roger E.; TURNER II B. L. (org.). **Regions at risk: comparisons of threatened environments**. Tóquio: United Nations University Press, 1995.
- KÖBERLEIN, Michael. Living from waste: livelihoods of the actors involved in Delhi's informal waste recycling economy. **Studies in Development Geography** 24. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik, 2003.
- KRAAS, Frauke; BORK, Hans-Rudolf. Editorial zum Themenheft Krisen und Konflikte. **Petermanns Geographische Mitteilungen**, v. 148, n. 2, p. 1, 2004.
- KREUTZMANN, Hermann. Theorie und Praxis in der Entwicklungsforschung: Einführung zum Themenheft. **Geographica Helvetica**, v. 58, n. 1, p. 2-10, 2003. Disponível em: <<http://retro.seals.ch/digbib/view?rid=ghl-004:2003:58::10&id=&id2=&id3=>>>. Acesso em: 27 nov. 2010. [Referência destacada pelo autor; N.T.]

- KRINGS, Thomas. Editorial: Ziele und Forschungsfragen der Politischen Ökologie. **Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie**, v. 43, n. 3-4, p. 129-130, 1999.
- KRINGS, Thomas. Mensch-Umwelt-Beziehungen in den Tropen und Subtropen unter besonderer Berücksichtigung der Politischen Ökologie als Gegenstand der Geographischen Entwicklungsforschung. **Rundbrief Geographie**, 149, p. 22-25, 1998.
- KRINGS, Thomas. Die Bedeutung des autochthonen Agrarwissens für die Ernährungssicherung in den Ländern Tropisch Afrikas. **Geographische Rundschau**, v. 44, n. 2, p. 88-93, 1992.
- KRÜGER, Fred. Handlungsorientierte Entwicklungsforschung: Trends, Perspektiven, Defizite. **Petermanns Geographische Mitteilungen**, v. 147, n. 1, p. 6-15, 2003. [Referência destacada pelo autor; N.T.]
- LENG, Gunter; TAUBMANN, Wolfgang. Einleitung. In: _____ (org.). **Geographische Entwicklungsforschung im interdisziplinären Dialog**. Bremer Beiträge zur Geographie und Raumplanung 18, p.1-8, 1988.
- LOHNERT, Beate. Überleben am Rande der Stadt: Ernährungssicherungspolitik, Getreidehandel und verwundbare Gruppen in Mali – das Beispiel Mopti. **Freiburger Studien zur Geographischen Entwicklungsforschung**, v. 8. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik, 1995.
- MENZEL, Ulrich. **Globalisierung versus Fragmentierung**. Frankfurt: Suhrkamp, 1998. [Referência destacada pelo autor; N.T.]
- MENZEL, Ulrich. Das Ende der „Dritten Welt“ und das Scheitern der grossen Theorie: zur Soziologie einer Disziplin in auch selbstkritischer Absicht. **Politische Vierteljahrschrift: Zeitschrift der Deutschen Vereinigung für Politische Wissenschaft** 32, p. 4-33, 1991.
- MÜLLER-BÖKER, Ulrike. Institutionelle Regelungen im Entwicklungsprozess – Einführung zum Themenheft. **Geographica Helvetica**, v. 56, n. 1, p.2-3, 2001. Disponível em: <<http://retro.seals.ch/digbib/view?rid=ghl-004:2001:56::10&id=&id2=&id3=>> Acesso em: 27 nov. 2010.
- MÜLLER-BÖKER, Ulrike. **The Chitawan Tharus in Southern Nepal: an ethnoecological approach**. Nepal Research Centre Publications, 21. Kathmandu/Stuttgart, 1999.
- MÜLLER-BÖKER, Ulrike. Ethnoökologie: Ein Beitrag zur Geographischen Entwicklungsforschung. **Geographische Rundschau**, v. 47, n. 6, p. 375-379, 1995.
- MÜLLER-BÖKER, Ulrike. **Die Tharu in Chitawan: Kenntnis, Bewertung und Nutzung der natürlichen Umwelt im südlichen Nepal**. Erdwissenschaftliche Forschung, 33. Stuttgart: Franz Steiner, 1995.
- NEUBURGER, Martina. Landrechte in Brasilien – zur Bedeutung institutioneller Regelungen für Verwundbarkeit und Überlebensstrategien kleinbäuerlicher Gruppen. **Geographica Helvetica**, v. 56, n. 1, p. 34-47, 2001. Disponível em: <<http://retro.seals.ch/digbib/view?lp=34&rid=ghl-004%3A2001%3A56%3A%3A10>>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- NORTH, Douglass Cecil. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- PEET, Richard; WATTS, Michael. **Liberation ecologies: environment, development, social movements**. London/New York: Routledge, 2004.
- RAUCH, Theo. Dezentralisierung ist kein Allheilmittel. Zur Notwendigkeit einer kontextspezifischen Dezentralisierungspolitik am Beispiel der Kommunalentwicklung in Südafrika. **Geographica Helvetica**, v. 56, n. 1, p. 13-27, 2001. Disponível em: <<http://retro.seals.ch/digbib/view?lp=13&rid=ghl-004%3A2001%3A56%3A%3A42>>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- RAUCH, Theo. **Das nigerianische Industrialisierungsmuster und seine Implikationen für die Entwicklung peripherer Räume: Ein Beitrag zur Erklärung der Raumstruktur in peripher-kapitalistischen Ökonomien**. Hamburger Beiträge zur Afrikakunde, Hamburgo, v. 24, 1981.
- REUBER, Paul. Die Politische Geographie als handlungsorientierte und konstruktivistische Teildisziplin – angloamerikanische Theoriekonzepte und aktuelle Forschungsfelder. **Geographische Zeitschrift**, v. 88, n. 1, p. 36-52, 2000.
- SCHOLZ, Fred. A teoria do „desenvolvimento fragmentador“. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 27, p. 135-144, 2010. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewArticle/10>>. Acesso em: 27 nov. 2010.

- SCHOLZ, Fred. **Geographische Entwicklungsforschung: Methoden und Theorien**. Berlin/Stuttgart: Borntraeger, 2004. [Referência destacada pelo autor; N.T.]
- SCHOLZ, Fred. Perspektiven des „Südens“ im Zeitalter der Globalisierung. **Geographische Zeitschrift**, v. 88, n. 1, p. 1-20, 2000.
- SCHOLZ, Fred. Position und Perspektiven geographischer Entwicklungsforschung. Zehn Jahre Geographischer Arbeitskreis Entwicklungstheorien. In: LENG, Gunter; TAUBMANN, Wolfgang (org.). **Geographische Entwicklungsforschung im interdisziplinären Dialog: Zehn Jahre “Geographischer Arbeitskreis Entwicklungstheorien“**. Bremer Beiträge zur Geographie und Raumplanung, Bremen, v. 14, p. 9-35, 1988.
- SCHOLZ, Fred. **Belutschistan (Pakistan): Eine sozialgeographische Studie des Wandels in einem Nomadenland seit Beginn der Kolonialzeit**. Göttinger Geographische Abhandlungen, Göttingen, v. 63, 1974a.
- SCHOLZ, Fred. Sesshaftmachung von Nomaden in der Upper Sind Frontier Province (Pakistan) im 19. Jahrhundert – Ein Beitrag zur Entwicklung und gegenwärtigen Situation einer peripheren Region in der Dritten Welt. **Geoforum**, v. 5, n. 2, p. 29-46, 1974b.
- SCHOLZ, Fred; KOOP, Kirsten (org.). Geographische Entwicklungsforschung, I, II e III. **Rundbrief Geographie**, v. 148/149/150, 1998.
- SCOONES, Ian. **Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis**. IDS Working Paper 72, Brighton, 1998. Disponível em: <www.ids.ac.uk/download.cfm?file=wp72.pdf> Acesso em: 27 nov. 2010.
- SEN, Amartya. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Oxford University Press, 1981.
- SENGHAAS, Dieter. **European Experience: A Historical Critique of Development Theory**. Leamington Spa: Berg, 1992.
- SENGHAAS, Dieter. Dissoziation und autozentrierte Entwicklung: Eine entwicklungspolitische Alternative für die Dritte Welt. In: _____ (org.). **Kapitalistische Weltökonomie: Kontroversen über ihren Ursprung und ihre Entwicklungsdynamik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1979.
- SENGHAAS, Dieter (org.). **Peripherer Kapitalismus: Analysen über Abhängigkeit und Unterentwicklung**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1974.
- SERAGELDIN, Ismail. **Sustainability and the Wealth of Nations: First steps in an ongoing journey**. Environmentally Sustainable Development Studies and Monograph Series, n. 5. Washington, D.C: Banco Mundial, 1996.
- SWIFT, Jeremy. Why Are Rural People Vulnerable to Famine? **IDS Bulletin**, v. 20, n. 2, 1989. Disponível em: <<http://community.eldis.org/?233@@.598d23fe!enclosure=.598d23ff>>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- TIMMERMANN, Peter. **Vulnerability, resilience and the collapse of society**. Environmental Monograph 1. Institute for Environmental Studies. Toronto: Universidade de Toronto, 1981.
- THOMI, Walter. Institutionenökonomische Perspektiven im Kontext der Reorganisation subnationaler Gebietskörperschaften. **Geographica Helvetica** v. 56, n. 1, p. 4-12, 2001. Disponível em: <<http://retro.seals.ch/digbib/view?lp=4&rid=ghl-004%3A2001%3A56%3A%3A21>>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- TRÖGER, Sabine. **Handeln zur Ernährungssicherung im Zeichen gesellschaftlichen Umbruchs: Untersuchungen auf dem Ufipa-Plateau im Südwesten Tansanias**. Studien zur Geographischen Entwicklungsforschung 27. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik. 2004.
- TRÖGER, Sabine. Gesellschaftliche Umverteilung, ein gesellschaftliches Muss? Verwundbarkeit und soziale Sicherung im Zeichen gesellschaftlichen Umbruchs – Beobachtungen aus Tanzania in akteursorientierter Interpretation. **Geographica Helvetica**, v. 57, n. 1, p. 34-45, 2002. Disponível em: <<http://retro.seals.ch/digbib/view?lp=34&rid=ghl-004%3A2002%3A57%3A%3A3&Submit=ok>>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- TURNER II, Billie Lee et al. A framework for vulnerability analysis in sustainability science. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 100, n. 14, p. 8074-8079. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/100/14/8074>>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- ULBERT, Veronika. **Partizipative Gender-Forschung: Umweltprobleme und Strategien der Ressourcennutzung in der Dominikanischen Republik**. Freiburger Studien zur Geographischen Entwicklungsforschung, 17. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik, 1999.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desarrollo humano**

- para erradicar la pobreza.** Informe sobre desarrollo humano 1997. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997/chapters/spanish/>> Acesso em: 27 nov. 2010.
- VAN DILLEN, Susanne. Different choices: assessing vulnerability in a south Indian village. **Studies in development geography**, 29. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik, 2004.
- VAN DILLEN, Susanne. A measure of vulnerability. **Geographica Helvetica**, v. 57, n. 1, p. 64-77, 2002. Disponível em: <<http://retro.seals.ch/digbib/view?lp=64&rid=ghl-004%3A2002%3A57%3A%3A9>>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- WATTS Michael J.; BOHLE, Hans-Georg. Verwundbarkeit, Sicherheit und Globalisierung. In: GEBHARDT, Hans; REUBER, Paul; WOLKERSDORFER Günter (org.). **Kulturgeographie: aktuelle Ansätze und Entwicklungen.** Heidelberg/Berlin: Spektrum Akademischer Verlag, 2003. p. 67-82.
- WATTS, Michael J.; BOHLE, Hans-Georg (org.). The space of vulnerability: the causal structure of hunger and famine. **Progress in Human Geography**, v. 17, n. 1, p. 43-67, 1993.
- WATTS, Michael J. Geographies of violence and the narcissism of minor difference. In: GEBHARDT; MEUSBURGER (org.). **Struggles over geography.** Hettner lecture 3. Heidelberg, 2003. p. 7-34.
- WBGU (CONSELHO CONSULTIVO ALEMÃO SOBRE A MUDANÇA GLOBAL). **World in Transition: The Research Challenge.** Berlin: Springer Verlag, 1997. Disponível em: <http://www.wbgu.de/wbgu_jg1996_engl.html> Acesso em: 27 nov. 2010.
- WERLEN, Benno. **Sozialgeographie alltäglicher Regionalisierungen: Globalisierung, Region und Regionalisierung.** Stuttgart: Franz Steiner, 1997.
- WERLEN, Benno. **Society, action and space: an alternative human geography.** Londres/Nova York: Routledge, 2007.
- WISNER, Ben; BLAIKIE, Piers; CANNON, Terry; DAVIS, Ian. **At risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters.** London: Routledge, 2004. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/eng/library/Literature/7235.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- WOLKERSDORFER, Günter. Politische Geographie und Geopolitik zwischen Moderne und Postmoderne. Tese de doutorado. **Heidelberger Geographische Arbeiten**, 111, Heidelberg 2001. Sumário disponível em: <<http://elib.tu-darmstadt.de/tocs/99589141.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2010.

Trabalho enviado em setembro de 2010
Trabalho aceito em dezembro de 2010